



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

26/08/2016 - Sinttel-ES

# Trabalhadores/as aprovam proposta de CCT 2016/2017

Os/as trabalhadores/as nas empresas prestadoras de serviço em telecomunicações aprovaram, em várias assembleias realizadas pelo Sinttel-ES, nesta semana, a proposta de Convenção Coletiva de Trabalho, negociada com o Sindicato Nacional das Prestadoras (Sinstal).

As assembleias foram realizadas em vários locais, no período de 22 a 25 de agosto, e que teve a participação de 270 trabalhadores.

O Sinttel-ES enviou ofício às empresas informando a decisão dos trabalhadores e espera que as prestadoras de serviço cumpram o que está acordado. A categoria precisa ficar atenta, pois se as empresas não fizerem os reajustes nos salários e nos benefícios (tíquete, gratificação de férias, por exemplo) que informem ao Sindicato, para que providências sejam tomadas.

Veja abaixo a proposta aprovada de Convenção Coletiva. Fique de olho.

Proposta feita pelas empresas prestadoras de serviços no setor de telecomunicações

### Piso Salarial

O valor face para o piso da categoria fica estipulado em R\$ 924,00 a partir de abril de 2016. A partir de dezembro de 2016 passará para 970,20 e, para R\$ 1.018,71 a partir de março de 2017.

As diferenças salariais poderão ser pagas em até 3 vezes, sendo a primeira parcela paga junto do salário de agosto.

### Piso por função

Reajuste de 10,00% (dez por cento), sendo: reajuste de 5,0% a partir de abril de 2016, sobre os valores praticados em 31/03/2016. Reajuste 5,0% a partir de 1º de dezembro de 2016, sobre os valores praticados em 31/03/2016. As diferenças salariais poderão ser pagas em até 3 vezes, sendo a primeira parcela paga junto do salário de agosto.

### Novos Pisos:

Foram estabelecidos novos pisos por função:

AUXILIAR DE PROJETOS: fica estipulado em R\$ 1.673,36 a partir de 1º de abril de 2016 e de R\$ 1.753,04 a partir de 1º de dezembro de 2016.

PROJETISTA: fica estipulado em R\$ 2.120,78 a partir de 1º de abril de 201 e de R\$ 2.221,77 a partir de 1º de dezembro de 2016;

As diferenças salariais poderão ser pagas em até 3 vezes, sendo a primeira parcela paga junto do salário de agosto.

### Demais Salários

**Reajuste de 10,00% (dez por cento), sendo:**

Reajuste 5,0% a partir de 1º abril de 2016, sobre os valores praticados em 31/03/2016;

Reajuste 5,0% a partir de 1º de dezembro de 2016, sobre os valores praticados em 31/03/2016.

As diferenças salariais poderão ser pagas em até 3 vezes, sendo a primeira parcela paga junto do salário de agosto.

Estão excluídos do reajuste previsto na presente cláusula, os cargos de Diretores e Gerentes os quais estarão sujeitos ao reajuste conforme política interna de cada empresa.

### Gratificação de Férias

Fica garantido aos TRABALHADORES a título de gratificação de férias, a partir de 01 de julho de 2016, o pagamento em VR ou VA na importância de R\$ 120,00 (cento e vinte reais).

As empresas que, por política interna ou conforme previsão em termo aditivo, já fazem pagamento de vale refeição/alimentação em férias em valor superior ao ora fixado, ficam isentas desta obrigação.

### Auxílio ao Dependente com Deficiência

R\$ 204,92, a partir de 1º de abril de 2016 e R\$ 215,17, a partir de 1º de dezembro de 2016

### Auxílio Creche

R\$ 309,65, a partir de 1º de abril de 2016 e R\$ 325,13, a partir de 1º de dezembro de 2016, para EMPREGADAS-MÃES com filhos de idade de 0 a 2 (dois) anos.

## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

### Vale Refeição

R\$ 16,00, a partir de 1º de junho de 2016, e passa para R\$ 17,00 a partir de 1º de janeiro de 2017 o que significa um reajuste de 17%.

As Empresas que praticam valores superiores a R\$ 16,00 deverão reajustar o benefício em 10%, a partir de 1º de junho de 2016.

### Retorno de férias

A partir de 1º de agosto de 2016 ao trabalhador cujo contrato de trabalho venha a ser rescindido por iniciativa da empresa, sem justa causa, e no prazo de 30 (trinta) dias após o retorno das férias, será paga uma indenização adicional equivalente a 1 (um) salário nominal mensal. A indenização aqui prevista será paga sem prejuízo das demais verbas rescisórias e juntamente com estas, não podendo ser substituída pelo aviso prévio, trabalhado ou indenizado.

### Manutenção das demais Cláusulas da CCT 2015/2016



Assembleia na Rochas, em Vila Velha



Assembleia na Telemont, em Cachoeiro



Assembleia na Hallen, Serra



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

26/08/2016 - Telesíntese

# Encontro traz governo, Anatel e operadoras em debate sobre o modelo no próximo dia 6

Entre os nomes confirmados estão secretário de telecomunicações, conselheiro da Anatel, diretores da Oi, da Telefônica/Vivo e da Angola Cables.

encontros  
tele.síntese | 45



No próximo dia 6 de setembro o 45° Encontro Tele.Síntese irá aprofundar o debate sobre o novo Modelo de Telecomunicações que o setor pretende.

Para debater o tema, várias expertises, autoridades do governo e da iniciativa privada foram convidados. Entre os nomes já confirmados, destacamos. O secretário de Telecomunicações, André Borges, e o conselheiro da Anatel, Igor de Freitas, irão proferir palestra de abertura, prevista para começar às 9 horas.

A visão dos principais operadores, que serão afetados pelas mudanças previstas no projeto de lei em

tramitação na Câmara será a próxima Mesa. E entre os confirmados, estão o vice-presidente de Regulação da Oi, Carlos Eduardo Monteiro e a diretora de Regulação da Telefônica Vivo, Camila Tapias.

Para a terceira mesa, ainda no período da manhã, estão confirmados também o consultor Caio Bonilha e Jorge Salomão, pela Angola Cables Brasil.

A programação completa pode ser vista aqui

As inscrições com desconto podem ser feitas até a próxima semana.

29/08/2016 - Convergência Digital

## Governo já admite “três grandes grupos” de Telecom no Brasil

O governo até dá sinais de que preferia mais, mas já admite que o mercado de telecomunicações brasileiro vai ficar menos competitivo. Em nota divulgada após reunião com o presidente da Oi, Marco Schroeder, o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações torce pela “manutenção de pelo menos três grandes grupos de prestadores de serviços” no país.

Segundo o MCTIC, o conjunto de mudanças regulatórias em curso, que envolve o projeto de lei 3453/15, que autoriza a mudança das atuais concen-

sões de telefonia em autorizações, bem como simplificações nos procedimentos da Anatel, “deverá dar tranquilidade ao usuário e ao investidor”.

“Esse mesmo conjunto de medidas deverá possibilitar a manutenção de pelo menos três grandes grupos de prestadores de serviços de telecomunicações no Brasil, capazes de competir efetivamente uns com os outros, o que constitui o mínimo recomendável para manter a competição efetiva em prol do usuário, e com a segurança legal para seguirem atraindo investimento nacional e estrangeiro”, diz o MCTIC.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Ainda segundo a pasta, “ a política do MCTIC não tenciona permitir, portanto, que haja uma consolidação dos vários prestadores de serviço hoje existentes em apenas dois grandes grupos de prestadores” . É um posicionamento que responde a certas visões dentro do mercado – e mesmo da Anatel – de que o Brasil caminha para um cenário semelhante ao de outros países latino-americanos, onde a disputa é concentrada entre a mexicana Claro e a espanhola Telefônica.

Para o ministério, assim, “ o Novo Modelo eliminará dúvidas por ventura ainda existentes nas compras e aquisições de prestadoras de serviços de telecomunicações com respeito, por exemplo, à questão dos bens reversíveis e à incorporação da radiofrequência da prestadora adquirida” .

### Oi

Em reunião com o ministro Gilberto Kassab, o presidente da Oi, Marco Schoroeder, “ afirmou que o processo de recuperação financeira da concessionária, aprovada pela Justiça, está se desenvolvendo de forma positiva” . “ Como a concessionária tem uma função estratégica no sistema de telecomunicações nacional, pois a rede da Oi atende quase metade das cidades brasileiras, o MCTIC acompanha com atenção especial a evolução do plano de recuperação da empresa para garantir o direito dos usuários e dar segurança aos seus investidores” , informou o ministério.

No comunicado, o MCTIC diz que “ se debruça sobre a situação da Oi, e entende que existem vários elementos a serem considerados, como: (a) o desenlace do processo de Recuperação Judicial; (b) o estabelecimento de um novo modelo para as telecomunicações nacionais; e (c) a revisão das regras da Anatel que regem a prestação de serviços de telecomunicações” .

### Segue o comunicado do MCTIC:

“ O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, Gilberto Kassab, recebeu na manhã de hoje (29/08), o presidente da Oi, Marco Schoroeder, e os diretores de Assuntos Institucionais e de Política Regulatória e Setorial, respectivamente Carlos Eduardo Monteiro de Moraes Medeiros e Roberto Blois.

Na audiência, Schoroeder afirmou que o processo de recuperação financeira da concessionária, aprovada pela Justiça, está se desenvolvendo de forma positiva. Como a concessionária tem uma função estratégica no sistema de telecomunicações nacional, pois a rede da Oi atende quase metade das cidades brasileiras, o MCTIC acompanha com atenção especial a evolução do plano de recu-

peração da empresa para garantir o direito dos usuários e dar segurança aos seus investidores.

A seguir, as considerações do MCTIC sobre a situação da Oi e o setor de telecomunicações:

1. O MCTIC, em permanente diálogo com a Anatel, acompanha com atenção o desenvolvimento da situação da Oi, concessionária de Serviço Telefônico Fixo Comutado em todo o território brasileiro, exceto o Estado de São Paulo.
2. Essa atenção é tanto maior quando constata que o escoamento de tráfego de telecomunicações de quase metade dos municípios do Brasil se dá exclusivamente sobre a rede da Oi. Ou seja, nesses casos, o acesso e a navegação na Internet, o envio e recebimento de mensagens, e a comunicação de voz fixa e de celular, dependem exclusivamente da transmissão via rede da Oi.
3. O MCTIC, observando a Lei Geral de Telecomunicações, considera fundamental que haja serviços de telecomunicações adequados em todos os estados e municípios do território nacional, e atuará, no que lhe compete, para que assim seja.
4. O MCTIC se debruça sobre a situação da Oi, e entende que existem vários elementos a serem considerados, como: (a) o desenlace do processo de Recuperação Judicial; (b) o estabelecimento de um novo modelo para as telecomunicações nacionais; e (c) a revisão das regras da Anatel que regem a prestação de serviços de telecomunicações.
  - a. O MCTIC espera que a Oi saia da Recuperação Judicial em que se encontra na melhor condição possível para atender adequadamente a população brasileira, com a questão da dívida equacionada.
  - b. O MCTIC acompanha com interesse o PL N° 3.453, de 2015, do dep. Daniel Vilela, com o Substituto do relator, dep. Laercio Oliveira. Após os devidos trâmites, o Ministério espera que a Lei daí resultante atenda as demandas que buscam o aperfeiçoamento do modelo das telecomunicações em nosso país.
  - c. Finalmente, o Ministério espera que a Anatel não apenas implemente o marco legal proveniente do PL N° 3.453, como introduza, como já vem introduzindo, simplificações regulatórias tendentes a permitir competição adequada entre os serviços de telecomunicações e aqueles que são providos sobre a rede de telecomunicações.

Leia mais em:

<http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=site&inford=43336&sid=8>



# Resumo de Notícias

Produção: T&amp;T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

29/08/2016 - Telesíntese

## Administradores judiciais criam site sobre recuperação da Oi

PwC e Wald, nomeados administradores judiciais da operadora, passam a registrar etapas do processo no site.

Nomeados pela Justiça fluminense para tocar a recuperação da Oi, a consultoria PriceWaterhouse Coopers e o escritório de advocacia Arnaldo Wald montaram uma página na internet na qual vão documentar todo o processo. O site é o [www.recupera-caojudicialoi.com.br](http://www.recupera-caojudicialoi.com.br).

Por enquanto, o site lista os cinco principais documentos que resultaram na recuperação judicial, como o pedido original feito aos tribunais do Rio de Janeiro, o deferimento da recuperação, a lista de credores, e a

nomeação dos administradores.

A página trará, ainda, os próximos passos dos administradores e convocatórias, como a que está no ar no momento. A PwC e o Wald avisam que vão publicar a lista de credores no diário oficial da Justiça do Rio de Janeiro. E pedem que, caso haja credores não listados, que estes procurem as empresas para serem inseridos. O contato também deverá ser realizado por quem discordar do valor devido pela operadora.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

28/08/2016 - Carta Maior

# No pódio da desfaçatez: o ouro vai para...?

**Com tantos escândalos de corrupção aparecendo e desaparecendo da mídia, parece que as principais figuras da direita estão disputando o pódio da desfaçatez**

A crise aberta no Judiciário brasileiro, com as acusações do ministro Gilmar Mendes ao Ministério Público, de abuso de autoridade, vazamentos e apologia de métodos ilegais na obtenção de provas da Lava Jato – respondida com dura nota da AMB, a Associação de Magistrados Brasileiros (confira a íntegra) - adicionou nitroglicerina pura ao ambiente já tenso da política nacional, na semana decisiva do processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff.

Uma capa leviana – mais uma – da revista Veja, lançando injustificável sombra de suspeita sobre o ministro do STF, José Antonio Dias Toffoli, motivou o bombardeio de Gilmar Mendes. A toga mais falante do país morde o próprio rabo, porém, ao criticar – corretamente – o abuso do método e do poder ilimitado do juiz e dos procuradores da Lava Jato.

‘São cretinos os que defendem o uso de meios ilícitos na obtenção de provas; no limite vamos admitir a tortura de boa fé?’, fuzilou o ministro do STF. Aplausos merecidos. Exceto por um detalhe: a condenação se aplica a boa parte do que tem sido as ações cometidas pelo aparato de Curitiba contra integrantes do PT e do governo, incluindo-se o ex-presidente Lula e a presidenta Dilma.

O fato de Gilmar sentir-se confortável no convívio com ilegalidades dessa natureza, ou piores, enquanto a vítima eram os ‘vermelhos, os bolivarianos’, escancara os fios esgarçados do Estado de Direito na antessala de se cometer a maior de todas as transgressões dessa série: a cassação de uma Presidenta honesta, vítima de uma aliança da mídia com a escória, o dinheiro e o judiciário partidário.

O golpe em marcha, que se pretende uma ‘rotina constitucional’, assume contornos uma verdadeira olimpíada da desfaçatez nos seus critérios, truculência e seletividade.

Nela, há atletas condenados, sem provas, enquanto outros podem queimar na largada, derrubar o sarrafo, ingerir estimulantes, sabotar o adversário e tomar atalhos para se instalar no pódio, mesmo sob vaias do público, sem que sejam punidos, nem des-

classificados. Pior de tudo: agasalhados em uníssono pelo jornalismo uniformizado.

Esse escárnio em relação ao espírito olímpico imaginado pelo Barão de Coubertin é uma prática em franca expansão no ambiente político brasileiro. Com a cumplicidade de uma parte do aparelho judiciário, inclua-se aí o próprio Ministro Gilmar, o revezamento da mídia com a escória e as togas acumula sucessivos recordes no abuso de vazamentos e prejuízos para uns, seguido de indulgência e a tolerância para outros.

A competição pelo pódio da desfaçatez tem assumido ritmo vertiginoso na reta final do golpe.

Na última sexta-feira (26/08), a PF indiciou o ex-presidente Lula, sua esposa Dona Marisa, Paulo Okamoto, presidente do Instituto Lula (IL) e Léo Pinheiro da OAS no inquérito (IPL 1048/2016) que investiga o triplex do Condomínio Solares, no Guarujá (confira a íntegra). Acusação: crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica (UOL, 26.08.2016).

O presidente e a esposa teriam sido beneficiários de obras num imóvel que não lhes pertence.

Neste domingo 28 de agosto de 2016, o vazamento da delação de Léo Pinheiro, pelo panfleto VEJA, não gerou manchetes dominicais, mas chamadas de capa nos impressos e nos onlines. No título dessas reportagens, todo destaque às delações envolvendo petistas; as acusações contra os tucanos permanecem no meio das reportagens.

É preciso ler o texto para saber o que o ex-presidente da OAS mencionou sobre o Rodoanel, envolvendo José Serra; ou sobre as obras da Cidade Administrativa em Minas Gerais, durante o governo Aécio Neves (FSP, 27.08.2016) e (OGLOBO, 28.08.2016). Durante o sábado, inclusive, a chamada da Folha: “Triplex de Lula era parte de propina ao PT, diz Léo Pinheiro” permaneceu em destaque no UOL.

Leia mais em:

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/No-podio-da-desfaçatez-o-ouro-vai-para-/4/36692>



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

26/08/2016 - Convergência Digital

# Internet das Coisas: Brasil precisa fazer para não perder lugar na história

Em mais de 20 anos de internet comercial, o Brasil não produziu sequer uma única empresa de classe global no mercado em rede. Meio que a partir dessa triste, porém nada surpreendente, constatação, um grupo de centros de estudos e pesquisas em tecnologia partiu para a elaboração de uma estratégia nacional para a internet das coisas, o embrião de um guia para que o país não perca mais uma vez seu lugar no trem da história.

Liderado pelo Cesar, de Recife, com a participação de outras instituições do próprio Porto Digital, mas também da gaúcha Tecnopuc e mesmo com participação internacional (o dinamarquês CIFS), o documento 'IoT – Uma estratégia para o Brasil' frisa de pronto que “uma política brasileira para internet das coisas tem que fazer uma análise aprofundada deste problema e descobrir se há como, por que meios e a que custo mudar tal cenário”.

Faz todo o sentido. Como aponta a proposta, a IoT é “um fenômeno emergente de grande significado técnico, social e econômico”, com projeções de 100 bilhões de dispositivos conectados e impacto superior a US\$ 11 trilhões nos próximos dez anos.

“Nossa tese é de que há cinco dimensões básicas para serem estudadas em detalhe quando se discute a Internet das Coisas no Brasil – e o que deveríamos fazer para que a IoT fosse importante para o país”. São elas a “complexidade” do problema e do fenômeno econômico; “produtos intensivos” em “serviços”; “governança” e “competências” para o desenvolvimento desse ambiente de conectividade ubíqua.

Complexidade porque “qualquer tentativa de desenhar, implementar, operar e avaliar políticas públicas para a IoT deverá assumir a priori a natureza complexa do fenômeno da IoT no mundo, bem como a necessidade de uma gestão estratégica do seu desenvolvimento num país complexo como o Brasil”.

Os dois pontos seguintes apontam para ser “determinante” que esse ecossistema seja levado a desenvolver plataformas globais de produtos, processos e serviços, e que essas plataformas sejam baseadas em sólidas arquiteturas industriais e de negócios”.

A “governança” talvez seja onde o Brasil tem as melhores experiências positivas, a partir da bem sucedida experiência do Comitê Gestor da Internet. “Tal experiência

é uma herança que não se pode perder no desenho futuro de políticas públicas para a IoT no país”, sem desconsiderar “estudar os erros que foram cometidos e como eles podem ser evitados nesta nova rodada da rede”.



Já a questão das “competências” traz à tona um velho gargalo. “Uma política nacional de Internet das Coisas terá que tratar desde o problema básico de formação de capital humano nas universidades, escolas técnicas (e, no ensino médio, discutir o problema de introdução de linguagens de programação no currículo...) até a cadeia de problemas associada à criação de negócios inovadores, passando pelo desenvolvimento de capacidades e soluções inovadoras, em escala de país e global, em volume e qualidade de mundo, para que o Brasil tenha chances no mercado global”.

Em síntese, a proposta é de uma estratégia nacional para IoT baseada em três pilares:

1. Consolidar um Ecossistema de IoT no país que possa desenvolver Plataformas de produtos e serviços globais no território nacional, e que estejam assentadas em sólidas Arquiteturas de padrões, tecnologias e negócios;
2. Direcionar o foco da atenção, dos programas, planos e projetos deste Ecossistema de IoT para a combinação do Setor de Indústria com o Setor de Serviços da economia brasileira, identificando oportunidades e superando gargalos nos serviços habilitados por produtos que se relacionam com a indústria, a agropecuária e, retroativamente, com o próprio setor de serviços;
3. Criar condições para que os novos negócios gerados pelo novo Ecossistema de IoT no Brasil, por um movimento de trickle-down a partir dos Serviços, aumentem a produtividade de todos os setores da economia.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

29/08/2016 - Vermelho

# Dilma: “Hoje só temo a morte da democracia, pela qual lutamos”

A presidenta eleita Dilma Rousseff fala neste momento fazendo sua defesa no julgamento final no processo de impeachment, nesta segunda-feira (29). A presidenta afirmou que o seu mandato é marcado pela defesa da Constituição. “Sempre acreditei na democracia e no Estado de Direito. Jamais atentarei contra o que acredito ou praticaria atos contra os interesses daqueles que me elegeram”, afirmou a presidenta afastada na parte inicial de sua fala.

“Não luto pelo meu mandato por vaidade ou apelo ao poder como é próprio dos que não têm caráter. Luto pelo povo do meu país, pelo seu bem-estar”, declarou.

Dilma reafirmou que não cometeu nenhum dos crimes de responsabilidade pelos quais é acusada. Citando as manobras políticas da elite conservadora contra os ex-presidentes Getúlio Vargas e João Goulart, disse que a “ruptura democrática” se dá agora sob pretextos constitucionais “embasados por uma frágil retórica jurídica”.

“Diante das acusações que contra mim são dirigidas, não posso deixar de sentir novamente o gosto amargo da injustiça e do arbítrio. Mas como no passado, resisto. Não esperem de mim o obsequioso silêncio dos covardes”, salientou.

Com a voz embargada pela emoção, Dilma afirmou que “por duas vezes vi de perto a face da morte: quando fui torturada por dias seguidos, submetida a sevícias que nos fazem duvidar da humanidade e do próprio sentido da vida; e quando uma doença grave e extremamente dolorosa poderia ter abreviado minha existência”.

“Hoje eu só temo a morte da democracia, pela qual muitos de nós, aqui neste plenário, lutamos com o melhor dos nossos esforços. Reitero: respeito os meus julgadores. Não nutro rancor por aqueles que votarão pela minha destituição. Respeito e tenho especial apreço por aqueles que têm lutado bravamente pela minha absolvição, aos quais serei eternamente grata”, completou.

Ela afirmou que “o que está em jogo no processo de impeachment não é o meu mandato”, mas “as conquistas dos últimos 13 anos”, e listou iniciativas do governo dela, como valorização do salário mínimo, programas Mais Médicos, Minha Casa Minha Vida e a inserção de jovens nas universidades.

“Um golpe que, se consumado, resultará na eleição de um governo indireto e usurpador. A eleição indireta de um governo que na sua interinidade não tem mulheres nos ministérios quando o povo nas urnas escolheu uma mulher para comandar o país. Um governo que dispensa negros na sua composição ministerial e revelou profundo desprezo pelo programa escolhido e aprovado pelo povo em 2014”, disse.

“No presidencialismo previsto na Constituição, não basta a eventual perda de maioria parlamentar para afastar o presidente. Há que se configurar crime de responsabilidade e está claro que não houve tal crime”, frisou a presidenta.

E completa: “Não é legítimo, como querem meus acusadores, afastar o chefe de Estado e governo por não concordarem com o conjunto da obra. Quem afasta o presidente por conjunto da obra é o povo, só nas eleições”.

Dilma fez questão de fazer referência ao papel das mulheres na luta pela democracia diante das ameaças que enfrenta. “As mulheres brasileiras têm sido, neste período, um esteio fundamental para minha resistência. Me cobriram de flores e me protegeram com sua solidariedade. Parceiras incansáveis de uma batalha em que a misoginia e o preconceito mostraram suas garras, as brasileiras expressaram, neste combate pela democracia e pelos direitos, sua força e resiliência. Bravas mulheres brasileiras, que tenho a honra e o dever de representar como primeira mulher Presidenta do Brasil”, disse.

Ao encerrar o discurso, Dilma se dirigiu aos senadores e senadoras. “Faço um apelo final a todos os senadores: não aceitem um golpe que, em vez de solucionar, agravará a crise brasileira. Peço que façam justiça a uma presidenta honesta, que jamais cometeu qualquer ato ilegal, na vida pessoal ou nas funções públicas que exerceu. Votem sem ressentimento. O que cada senador sente por mim e o que nós sentimos uns pelos outros importa menos, neste momento, do que aquilo que todos sentimos pelo país e pelo povo brasileiro. Peço: votem contra o impeachment. Votem pela democracia”, concluiu.

Confira a Integra do discurso:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/285715-1>